



Ajustes

Sideval Aroni, presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo: "O maior problema da dívida mobiliária é a rolagem no curto prazo, que tem custo muito alto. Os juros elevados estão servindo para comprar segurança, mas elevam o déficit público. O governo não consegue fazer um ajuste nas suas contas e isso não pode continuar assim.

Se quiser adotar um mecanismo de mercado, o governo precisará melhorar seu caixa, com despesas mais racionais, privatizar, ganhar credibilidade. A elevação da amortização da dívida poderia ser feita com recursos da privatização. Alongar prazo mostrando que não há congelamentos ou outras medidas drásticas também pode ser um caminho interessante.

O total da dívida ainda é administrável. Em dezembro de 89, ela era de US\$ 62,2 bilhões. Em março de 90, com o Plano Collor 1, ela caiu para US\$ 21,9 bilhões. Em dezembro estava em US\$ 13 bilhões. Mas voltou a subir com a política monetária de Marcílio Marques Moreira e em dezembro de 92 já era de US\$ 34 bilhões. O governo se endividou para financiar a própria dívida. É preciso buscar outros caminhos."

Indexador

Álvaro Augusto Vidigal, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo: "O governo paga juros altos porque não tem credibilidade. Em primeiro lugar, ele poderia preparar leis que mantivessem as regras e impedissem o calote.

A taxação das aplicações de curto prazo poderia prejudicar a própria Bolsa, mas é uma maneira de tentar alongar os prazos, eliminar a chamada ciranda financeira.

Concretamente, a queda da inflação é um passo importante. Um mecanismo também necessário é a adoção de um indexador, que pode ser até o dólar. Afinal, não tem agente financeiro que não busque proteção com a indexação.

Particularmente, não acredito em calote, pois ele só traria prejuízos para todo mundo, principalmente para o governo.

Administrar melhor

Eduardo Brigagão, presidente da Credicard Administradora de Cartões de Crédito: "O governo nunca deve fazer choques, congelamento, prefixação. Essas coisas não resolvem os problemas de uma economia e isso já está provado em todos os países do mundo. Importante é que o governo gaste estritamente o que ganha. Para chegar a esse equilíbrio, basta administrar melhor.

Como acontece em qualquer empresa, além de administrar bem, é preciso que seus respon-



Lembro que os juros reais de hoje são resultado de ameaças anteriores. Atualmente, o governo está pagando uma alta taxa de credibilidade."

sáveis e executivos busquem qualidade e produtividade. Pelo tamanho, a dívida pública ainda é administrável. Em dezembro, somava US\$ 34 bilhões. O governo deve, portanto, saber se aproveitar dessa situação favorável. Para conseguir colocar seus papéis no longo prazo, no entanto, vai precisar ganhar mais confiança do mercado financeiro. E os representantes do governo terão de se mostrar merecedores dessa credibilidade. Calote? Nem pensar."

Acordos

Rogério Bonfiglioli, presidente da Associação das Instituições de Crédito, Finanças e Investimento: "A garantia de cumprimento dos contratos realizados e de não confisco direto ou indireto (via tributação e prazo) são fundamentais. O governo precisa cortar seus gastos e proibir novas contratações, mesmo que seja para substituição. A privatização imediata das estatais é outro ponto importante, assim como a adoção de um índice diário de atualização.

Medidas não monetárias devem acompanhar o plano, como o respeito e o incentivo aos investimentos públicos e privados. Acordos do governo, do tipo das câmaras setoriais, devem continuar e atingir todos os segmentos.

Oferecendo garantias, o público vai atrás das aplicações de longo prazo, mas o alongamento da dívida interna deve ser natural. Talvez até com redução de impostos em aplicações de períodos mais dilatados. O grande perigo são os pacotes, que só afastam a sociedade. Esses erros não devem ser repetidos."

